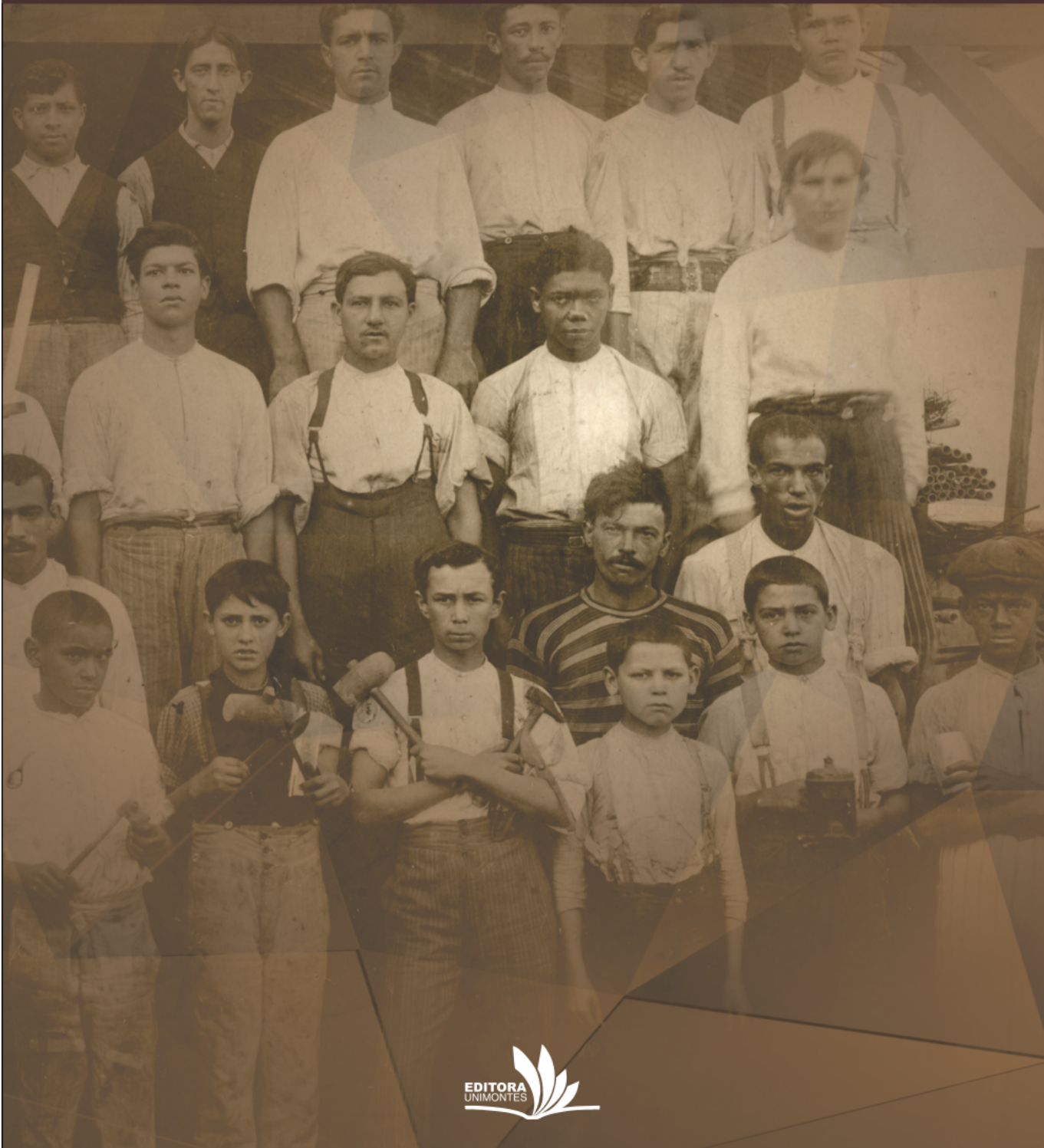


Luiz Antonio Macedo

EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E DESIGUALDADE DE RENDA



Luiz Antonio Macedo

EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E DESIGUALDADE DE RENDA

Montes Claros
2020

© - EDITORA UNIMONTES - 2020
Universidade Estadual de Montes Claros

REITOR

Prof. Antonio Alvimar Souza

VICE-REITORA

Profa. Ilva Ruas de Abreu

EDITORA UNIMONTES

EDITOR GERAL

Prof. Antônio Dimas Cardoso

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Adelica Aparecida Xavier;
Prof. Alfredo Maurício Batista de Paula;
Prof. Antônio Dimas Cardoso;
Prof. Carlos Renato Theóphilo;
Prof. Casimiro Marques Balsa;
Prof. Elton Dias Xavier;
Prof. Laurindo Mékie Pereira;
Prof. Marcos Esdras Leite;
Prof. Marcos Flávio Silva Vasconcelos Dângelo;
Profa. Regina de Cássia Ferreira Ribeiro.

REVISÃO LINGUÍSTICA

DIAGRAMAÇÃO / CAPA

Bernardino Mota

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

M141e Macedo, Luiz Antônio de Matos

Exploração capitalista e desigualdade de renda [recurso eletrônico] /
Luiz Antônio de Matos Macedo. – Montes Claros : Editora Unimontes,
2020.

225 p.:il.; 25 cm. E'book PDF.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-05-5

1. Distribuição de renda nacional. 2. Economia política. 3. Adam Smith.
4. David Ricardo. 5. Karl Marx. I. Título.

CDU 330.526

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil
CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126
www.unimontes.br
editora@unimontes.br

Filiada à


ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

APRESENTAÇÃO

Pode-se começar com esta citação do grande montesclarenses Darcy Ribeiro:

no Brasil, as classes ricas e pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiura da imensa maioria – expressão da penúria em que vivem. (DARCY RIBEIRO, *O Povo Brasileiro*)

Os “pobres” referidos por Ribeiro nesta passagem são (quando “crescidos”) geralmente trabalhadores, e os trabalhadores (e seus dependentes) são geralmente pobres no Brasil, diferentemente de países mais civilizados, como aqueles da Europa ocidental de hoje.

A “riqueza social” referida por Ribeiro é tratada por Adam Smith em sua obra *Riqueza das Nações* (1776), onde ele entende por “riqueza” de uma “nação” ou “sociedade política” seu produto anual de bens e serviços, especificamente o produto líquido, tendo sido deduzida do produto total “bruto” a reposição dos produtos que tenham sido consumidos como “meios de produção”. Tal produto líquido anual de bens e serviços é às vezes referido como o “bolo” da riqueza social, cujo valor – hoje chamado “PIB-Produto Interno Bruto” (anual) – é parcialmente distribuído para as pessoas da sociedade como rendas, geralmente muito desiguais, que lhes dão *poder de compra* sobre “fatias” desse bolo, proporcionalmente desiguais.

Uma noção associada à “riqueza” de uma nação é a de seu “bem-estar” (“*welfare*”), referido às vezes por Smith e outros economistas “Clássicos” como “felicidade” da sociedade – ou de sua classe majoritária de trabalhadores – dependendo tal “felicidade” do padrão de vida material, ou seja, padrão de consumo de bens e serviços necessários, convenientes ou confortáveis: alimentos, roupas, habitações, carros, serviços médicos e odontológicos (inclusive estéticos), pacotes de turismo etc. Estes são adquiridos com os salários do trabalho, no caso dos trabalhadores, e/ou com rendas de propriedade, no caso dos “rentistas”, isto é, aqueles que recebem tais rendas. As pessoas sem trabalho e renda, ou com ocupação precária, e os próprios trabalhadores com emprego regular e baixos salários podem ter acesso insuficiente aos bens e serviços indispensáveis,

configurando pobreza ou miséria, inclusive desnutrição e fome.¹

Outra noção associada à riqueza nacional é a de *equidade* na sua distribuição entre as pessoas, particularmente entre os trabalhadores e os rentistas de propriedades.

A propósito de tais noções de felicidade e equidade, vemos Smith afirmar na *Riqueza das Nações*:

Serviçais, diaristas e trabalhadores de diferentes tipos formam a enorme maioria de todas as grandes sociedades políticas. ... o que melhora as condições da maioria não pode nunca ser considerado como inconveniente para o todo. Certamente nenhuma sociedade pode ser próspera e feliz, da qual a enorme maioria dos membros sejam pobres e miseráveis. Além disso, não é senão equidade que aqueles que alimentam, vestem e alojam o conjunto do povo devam ter uma fatia do produto de seu próprio trabalho tal que sejam eles próprios razoavelmente bem alimentados, vestidos e alojados. (SMITH, 1976, p. 96)

Ao concluir o capítulo sobre salários, em seus *Princípios de Economia Política* (1817), David Ricardo comenta:

Estas são portanto as leis pelas quais os salários são regulados, e pelas quais a felicidade da enorme maioria de toda comunidade é governada. (RICARDO, 1951a, p.105)

O tema deste livro é a produção da “riqueza social” – a que se refere Ribeiro na passagem que abre esta Apresentação, ou “riqueza nacional” naquela obra de Smith – e principalmente sua distribuição entre as classes de uma sociedade capitalista: classe de trabalhadores e diversas classes de rentistas de diferentes tipos de propriedades ou “ativos”, como terras, edifícios utilizáveis na produção, capital etc. Não aborda o crescimento dessa riqueza, ou seja, a prosperidade de uma nação, outro tema importante da Economia Política, principalmente quando associado à evolução da distribuição do produto social entre as classes da sociedade.

Essa distribuição da riqueza social, que é o produto anual de bens e serviços – entre *classes socioeconômicas* (trabalhadores e proprietários) ou entre *categorias de renda* (salários e rendas de propriedade) – traduz-se na distribuição do mesmo “bolo” dessa riqueza entre as *pessoas* que compõem tais classes; sendo que uma parte das pessoas pode pertencer a mais de uma classe, ou seja, trabalhar e também receber rendimentos de propriedade. Como os rendimentos

1 “O principal problema no mundo é o acesso ao alimento. Se não há renda, não se consomem alimentos.” (Miguel Barreto, diretor regional para a América Latina e Caribe do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU e ex-presidente do Conselho Executivo do PMA, 2004-2006; citado por Folha de São Paulo, 10/05/20)

de trabalho são divididos entre um número muito maior de pessoas – a “enorme maioria” da sociedade, de que falam Smith e Ricardo – do que o número daqueles que recebem os rendimentos de propriedade, e são em média bem menores que estes, resulta *desigualdade* entre as pessoas na “distribuição pessoal da renda”: pouquíssimos ganham muitíssimo, poucos ganham muito e muitos ganham pouco ou pouquíssimo.² Há também grande desigualdade de rendas pessoais *intra* classes de trabalhadores e de proprietários.

O Brasil continua entre os países do mundo com maior desigualdade de renda entre as pessoas. Consideradas as rendas de pessoas adultas (20 ou mais anos), inclusive das pessoas sem rendimento – antes da incidência de imposto sobre renda pessoal – observou-se que, em 2015, cerca de 28% do total dessas rendas foi recebido pelo 1% das pessoas com maiores rendas, 56% pelos 10% das pessoas com maiores rendas (inclusive o referido 1%), restando 44% do “bolo” da renda total para a “enorme maioria” de 90% das pessoas, e sobrando apenas 14% para os 50% “mais pobres”; e esta participação no “bolo” dos 50% mais pobres é igual à participação dos 0,1% “mais ricos” do total de pessoas adultas (142.520.768), ou seja, 142.521 pessoas (cf. MORGAN (2017), Tabela 2).³ A primeira dessas percentagens de participação (28% do “bolo” para 1% das pessoas) é inferior à do Qatar (29%) e a segunda percentagem (56% do “bolo” para 10% das pessoas) é inferior à da África do Sul (65%), dentre os países pesquisados na *WID-World Inequality Database*. Esta participação (%) na renda total dos 10% com as maiores rendas foi (em 2015) de 37% na Alemanha, 32% na Austrália e 30% na Noruega, por exemplo; enquanto a participação dos 1% “mais ricos” foi de 13%, 9% e 9% nesses três países, respectivamente (cf. *WID*).⁴

Porém, neste livro, a análise da *desigualdade de renda* será restringida à análise da desigualdade *qualitativa* entre rendas de *trabalho* e rendas de *propriedade* e à análise da *proporção* entre os *totais* destas rendas no “bolo” da Renda Nacional. Aqui, “desigualdade de renda” não é tanto uma questão quantitativa – sobre a *magnitude relativa* dos rendimentos pessoais – quanto é uma questão de desigualdade quanto à *natureza* desses rendimentos: se são de trabalho ou de

2 A desigualdade na distribuição da renda entre pessoas é usualmente descrita pelas frações (%) da renda total recebidas pelos 0,1% ou 1% ou 10% (ou qualquer outra %) das pessoas de maior renda (“mais ricas”), comparativamente às frações recebidas pelos 10%, 20%, ..., 50% das pessoas de menor renda (“mais pobres”). Pode ser medida também por indicadores que resumem em um único número o “grau” de desigualdade no conjunto dessa mesma distribuição pessoal da renda (como, por exemplo, o coeficiente de Gini).

3 Estes são alguns resultados de um recente estudo detalhado sobre desigualdade de renda no Brasil, que combina dados de pesquisas domiciliares (que são subdeclarados principalmente para rendas maiores) com dados das declarações de Imposto de Renda (menos subdeclarados), e ainda com dados das Contas Nacionais; estudo esse que foi feito por MORGAN (2017) para o *WID-World Inequality Database*.

4 Para detalhes da pesquisa WID para diversos países, metodologia etc. vide o *site* wid.world.

propriedade.

Os rendimentos de propriedade constituem a classe principal do que os ingleses chamam “*unearned income*”⁵, conforme descrita pelo *Cambridge International Dictionary of English* (Cambridge Univ. Press, 1995): “[renda] obtida como resultado de investimentos e propriedade possuída em vez de ser ganha por trabalho”; ou, em termos mais amplos, conforme descrita pelo *Oxford Dictionary of Economics* (Oxford Univ. Press, 2012): “renda pessoal derivada de fontes outras que trabalho. Ela consiste assim de renda, dividendos, juros e pagamentos de transferências”. Note-se que “renda, dividendos, juros” aplica-se, ainda hoje, aos principais tipos de renda pessoal (além de salários) analisados na Economia Política Clássica (Smith, Malthus, Ricardo e outros) e por Marx, há cerca de 250/150 anos: “renda” da terra (e de outros recursos naturais, como jazidas minerais), “lucros” (ou dividendos) do capital aplicado na produção e “juros” do capital financeiro. Conforme o mesmo dicionário da OUP: trata-se de renda derivada de propriedade privada, isto é, “propriedade de ativos por indivíduos ou organizações privadas”; sendo distinguida de “*earned income*”, isto é, “renda recebida como contrapartida de trabalho”, sendo “trabalho” (“*work*”) “atividades envolvendo esforço físico e/ou mental”.

O argumento deste livro, nos capítulos que se seguem, é estritamente técnico-científico, abstendo-se de emitir ou sugerir juízos de valor (exceto quando tais juízos aparecem em citações de outros autores). Supõe, como postulados, os seguintes *fatos*, independentemente de questões de mérito: os tipos de propriedade privada de “ativos” empregados na produção social, dos quais trata este livro, dão (“*yield*”) *rendas* para seus proprietários, as quais lhes dão *acesso* à riqueza produzida, uma vez que constituem *poder de compra* sobre parte do produto social (anual) de bens e serviços. Também os rendimentos de trabalho constituem tal poder de compra. A distribuição da chamada “Renda Nacional” – cujo valor é igual ao valor desse produto social (anual) de bens e serviços – entre os rendimentos de trabalho e de propriedade é um fato observável⁶. Dessa distribuição decorre uma distribuição desigual da mesma Renda Nacional (anual) entre as *pessoas* da “nação” (que recebem tais rendimentos de trabalho e de propriedade, entre outros de menor monta) – desigualdade que constitui

5 “*unearned*” com a conotação de “gratuita”, “imerecida” ou a que “não se fez jus”, cf. *Dicionário Inglês-Português, Português-Inglês* de Leonel Vallandro (Ed. Globo, São Paulo, 1999).

6 A Contabilidade Social – as “Contas Nacionais” apuradas segundo *standards* convencionados internacionalmente – mostra, como partes do “PIB” (valor adicionado agregado), os *salários* como “Remuneração de Empregados” (“*compensation of employees*”) e o montante de *rendas de propriedade* (aluguéis, juros, lucros etc.) como “Excedente Operacional” (“*operating surplus*”), além de mostrar as demais partes do PIB: o “Rendimento Misto” e os impostos sobre a produção.

também um *fato* observável e mensurável (cf. dados para o Brasil e outros países, mencionados acima) – e esta desigualdade nessa “distribuição pessoal da renda” significa desigual acesso (poder de compra) sobre os bens e serviços que constituem o produto (anual) da sociedade.

Trata-se, aqui, de analisar a *desigualdade* constatada – igualmente um *fato* observável e mensurável – nessa distribuição entre rendimentos de trabalho e de propriedade, e no correspondente poder de compra sobre o produto social; e não se trata aqui de avaliá-la como iniquidade, nem de propor “políticas públicas” para atenuá-la.

Tendo analisado essa desigualdade de renda entre pessoas, Adam Smith afirma sobre pessoas “ociosas”, que auferem rendas de propriedades (acima chamadas “rentistas”): “muitas das quais [das pessoas que “não trabalham nada”, “do not labour at all”] consomem o produto de dez vezes, frequentemente de cem vezes mais *trabalho* do que a maior parte daqueles que trabalham” (SMITH, 1976, p.10; ênfase acrescentada). Esta concepção de Adam Smith – apropriação pessoal de *produto de trabalho* sem contrapartida de trabalho – é a base do conceito técnico de “exploração” da *força social de trabalho* (“daqueles [da sociedade] que trabalham”) adotado neste livro, que será definido em termos gerais na seção 3.3.2.

“Exploração” é o nome dado por Marx à apropriação pessoal de trabalho alheio, sem contrapartida de trabalho. Este conceito de Marx considera, não apenas a apropriação de “produto de trabalho”, mas também a apropriação direta do próprio trabalho (no “processo de trabalho” na produção de bens e serviços); e não só no “regime” *capitalista* de produção social com trabalho *assalariado*, mas também em outros “modos de produção e apropriação”; por exemplo, a apropriação direta de trabalho na escravidão e na “corveia” feudal (cf. capítulo 3 adiante).

A dúbia noção de “*produto do trabalho*” – que aparece na última passagem citada de Smith (entre muitas outras de seu livro) ⁷ – juntamente com sua ideia de repartição do produto social envolvendo apropriação de uma parcela por pessoas que “não trabalham nada”, aparecem também em um comentário de John Stuart Mill, grande economista e grande filósofo do liberalismo político e cultural, em sua obra de 1848:

O produto do trabalho, hoje, é repartido em proporção inversa ao trabalho – a maior parte se destina àqueles que nunca trabalham, a segunda maior parte àqueles cujo trabalho é quase só nominal, e assim, em escala decrescente, a remuneração encolhe na medida em que o trabalho se torna mais duro e mais desagradável, até que o trabalho fisicamente mais cansativo e

7 Esta noção tem dois sentidos para Smith, que serão esclarecidos na seção 1.1.2.

mais esgotante nem pode contar com a certeza da satisfação das necessidades vitais. (J.S.Mill, *Principles of Political Economy*, citado por MARX, 1985, tomo 2, p.186, nota 65)

O conceito de *exploração* de Smith (ecoado por J. S. Mill) é apresentado por ele já na sucinta Introdução de sua *Riqueza das Nações*, ao dizer que vai tratar (no Livro Primeiro dessa obra) da “ordem [“natural”] conforme a qual seu produto [o produto agregado do “trabalho anual de toda nação”] é naturalmente distribuído entre as diferentes classes e condições dos homens na sociedade” (SMITH, 1976, p.11).⁸

Explicar essa distribuição do “bolo” da riqueza social entre classes, explicar sua determinação, inclusive no curso de seu crescimento, é o “principal problema da Economia Política” na opinião do grande economista do século XIX, David Ricardo, herdeiro de Smith e também de Malthus, de quem herdou a teoria sobre “renda da terra”, conhecida erradamente como teoria “Ricardiana”. É um problema de economia “política” porque se trata naturalmente de uma distribuição conflituosa, dependente de instituições sócio-políticas – como, por exemplo, leis trabalhistas – suscetíveis de mudança; bem como dependente de ações do Estado e de governos, também sujeitas a mudanças, por exemplo, uma reforma tributária; aliás, a grande obra de David Ricardo é *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817).

Ver-se-á neste livro que também Ricardo adota um conceito de *exploração* semelhante àquele de Smith; conceito este que, como se viu acima, foi ecoado por J. S. Mill (discípulo de Ricardo desde criança).

Este livro desenvolve uma análise do *modus operandi* da exploração no sistema de produção social *capitalista*, com base em formulações originais de Smith, Ricardo e Marx. A teoria aqui apresentada articula formulações desses três autores com base em um *framework* constituído por versões modificadas e/ou estendidas das formulações teóricas de Sraffa sobre “sistema de produção social”, particularmente sobre a distribuição do Produto Nacional Líquido – ou da Renda Nacional, de valor igual – no “sistema de produção” capitalista, entre uma classe de trabalhadores e uma classe de capitalistas.⁹

8 “Naturalmente” significa para Smith como se constitui e como funciona a realidade socioeconômica, na ausência de interferência “artificial” humana (estatal, por exemplo), assim como funciona a Natureza física, biológica (um formigueiro ou colmeia de abelhas, por exemplo) etc. Cabe à ciência da Economia Política, que ele próprio sistematizou, investigar – como ele próprio fez nessa obra, *Investigação sobre a Riqueza das Nações* – a distribuição do produto social. No caso da “renda da terra”, a investigação de Smith foi desenvolvida por seu discípulo Malthus, no artigo *Investigação sobre a Renda* (1815). No caso dos lucros do capital, a investigação prosseguiu principalmente por obra de seu outro discípulo Ricardo (muito amigo do primeiro), cuja teoria é diferente da teoria do próprio Smith sobre lucro, porém é articulada com o conceito deste sobre exploração (cf. capítulo 2 deste livro).

9 Uma versão anterior, mais simples, da formulação aqui desenvolvida foi apresentada em MACEDO (2013), e uma formulação “neoricardiana” (Sraffiana) semelhante fora apresentada em MACEDO (2006).

O livro de Sraffa *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias* (1960) apresenta uma revitalização da teoria Clássica (Smith-Ricardo), atualizando-a para o capitalismo do século XX (inclusive abandonando a teoria sobre salário de subsistência, elaborada por Smith, seguida por Ricardo e parcialmente por Marx). Em uma nota à parte, mas contemporânea, Sraffa ligou formulações de seu livro – sobre distribuição da Renda Nacional entre capital e trabalho – a termos técnicos Marxianos como “mais-valor” (ou “mais-valia”) e “exploração” (“sfruttamento”, em italiano), mas não desenvolveu teoricamente essa ligação.

A teoria sobre o *modus operandi* da exploração capitalista, aqui formulada, elabora essa ligação entre as formulações de Sraffa e os conceitos de “exploração” de Smith, Ricardo e Marx. O “objetivo geral” dessa elaboração é reconstruir a teoria Classico-Marxiana de *exploração capitalista*, ligando-a à *distribuição desigual da Renda Nacional*, embora sem formular uma teoria sobre a *determinação quantitativa* desta própria distribuição.

A teoria ora desenvolvida supõe inicialmente trabalho *homogêneo* – assim como as teorias mais abstratas daqueles autores, que explicitam ou implicam “exploração” – mas é depois (no capítulo 7) generalizada para incorporar a heterogeneidade dos trabalhos correspondentes a uma força social de trabalho *heterogênea*, com capacidades individuais de trabalho qualificadas (“*skilled*”) assim como não-qualificadas (“*unskilled*”). Paralelamente a isso, a formulação aqui apresentada (nos capítulos 5-7) reelabora a teoria Clássico-Marxiana sobre exploração prescindindo de uma teoria sobre determinação quantitativa de “valores de troca” (preços relativos). Com isso, libera-a da dependência da teoria (des)conhecida como “valor-trabalho” – que é uma versão mais abstrata da teoria de Smith sobre preços “naturais” (capitalistas) – que por sua vez depende vitalmente da suposição de homogeneidade do trabalho, cujas quantidades determinam tais “valores-trabalho”. Estes foram os “objetivos específicos” da investigação relatada neste livro.

Cabe advertir que o autor pretende neste livro discutir, criticar e desenvolver *ciência*, portanto *impeccabilis*; e a teoria desenvolvida reúne e consolida *contribuições* para a “ciência econômica” de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Piero Sraffa. Também articula a caracterização feita por Marx de “capitalista” (inclusive como “entesourador racional”) com a formulação fundamental da teoria “Neoclássica” sobre “escolha racional” (pelo agente econômico). Assim, a teoria aqui desenvolvida não pode ser caracterizada e/ou rotulada como “Smithiana”, “Ricardiana”, “Marxiana” ou “Sraffiana”.

O autor perguntou ao falecido Michio Morishima, Professor Emérito da

London School of Economics – quem escreveu livros sobre as teorias econômicas (“economics”) de Ricardo, Marx e Walras, entre outros livros teóricos – se seria possível uma ciência econômica unificada, e a resposta foi negativa, porém preconizando a coexistência entre as diversas ciências. Este autor lhe é grato por seu curso sobre “teoria econômica avançada” (que frequentou como ouvinte) na London School of Economics em 1986 (enquanto ele escrevia seu livro *Ricardo’s Economics*), por ter sentido *reassurance* para prosseguir nos estudos sobre Ricardo e sobre a temática deste livro, bem como por conteúdos técnicos e comentários passados em seu curso (há mais de trinta anos) que possam ter entrado nas formulações deste livro, sem que este autor se lembre exatamente quais sejam (exceto pelo “Teorema Fundamental de Ricardo”, cujo nome foi inspirado em seu “Teorema Marxiano Fundamental”); de modo que lhe é dado desde logo um crédito genérico. Naquela época, este autor fazia pesquisa para doutorado no University College London, tendo como “supervisor” George Catephores, que lhe recomendou fazer o curso de Morishima “sobre Ricardo”. Antes, porém, no seu primeiro encontro com George, este autor colocou sua opção de fazer pesquisa e a dissertação de doutorado sobre Ricardo, até porque grande parte da literatura sobre Economia Marxiana era um atoleiro, “*muddle*” (do qual acabou saindo por reboque da obra de Sraffa, ou pelo menos está convicto de que saiu). George respondeu: “OK, mas quem está interessado em Ricardo?”. Logo depois, ele “pagou a língua” devido ao interesse evidente de Morishima, com quem George havia escrito o livro *Value, Exploitation and Growth*. Note-se que, neste título, “*exploitation*” substitui o nome usual “*distribution*”, pois é o que esta *essencialmente* é em sociedades de classe, ou pelo menos tem sido ao longo da história da “humanidade”. Em particular, numa sociedade capitalista, “*distribuição de renda*” é o *veículo* da apropriação de trabalho social, como explicam reiteradamente Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, entre outros.

O autor agradece a Afonso Ferreira, Cândido Guerra, Bernardo Macedo, Casimiro Balsa, Concessa Vaz, Eliana Cardoso, George Catephores, Mariano Macedo, Ricardo Bellofiore, Roberto Macedo e três pareceristas (“*referees*”) anônimos da Revista da SEP (Soc. Bras. de Economia Política) pelos comentários e/ou sugestões e/ou correções sobre textos que vieram a fazer parte deste livro; agradece principalmente aos dois primeiros, que fizeram leituras e anotações minuciosas em rascunhos inteiros deste livro, contribuindo para que várias seções fossem reescritas e/ou expandidas (tendo algumas se transformado em capítulos). Agradece também ao Centro Sraffa [de Economia Política] da Università degli Studi di Roma Tre, particularmente a Antonella Stirati e Pierangelo Garegnani,

pela oportunidade de aprofundar estudos sobre a obra de Piero Sraffa, em seu *Fellowship Program* (2001/2002), e pelas proveitosas discussões teóricas (inclusive com outros membros daquele Centro) em volta de uma mesa (precedidas da apresentação de pequenas notas que prescreviam a este autor escrever, a cada duas ou três semanas, sobre diversos temas ou questões). Agradece ainda ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, no qual os colegas o acolheram amigavelmente, e onde teve condições de escrever este livro.

O autor dedica este livro a sua mãe (*in memoriam*), Juldete de Matos Macedo. Ela fez o curso “primário” em escola familiar (reconhecida oficialmente, com uma professora “italiana” residente) na fazenda em que viveu a infância, “Retiro dos Cedros” em Contagem (MG). Em seguida, fez os cursos “ginasial” e “normal” em regime de internato no Colégio Sagrado Coração de Jesus (então dirigido por freiras alemãs), em Belo Horizonte, nos idos de 1925-32. Logo depois, tornou-se professora de “grupo escolar” estadual em Esmeraldas (MG) e Contagem (MG), mas “largou” a função (aos 22 anos) para se dedicar inteiramente ao “lar” e à “criação” de filhos. Juldete empenhou-se, não só pela formação escolar dos filhos, como principalmente – do seu ponto de vista – por sua formação religiosa e moral cristã. Este autor lhe é profundamente grato por sua dedicação abnegada aos filhos (oito).

O autor dedica este livro também a Flávio Furtado de Andrade, companheiro de estudos de Economia, enquanto alunos e professores da FACE-UFMG em Belo Horizonte, de 1969 aos anos 1980, quando ele foi para São Paulo trabalhar na construção do Partido dos Trabalhadores, do qual foi membro do Diretório Nacional; sendo amigo, exemplo e fonte de inspiração intelectual, espiritual, moral e política.

O Autor

A Juldete (*in memoriam*)

e

a Flavio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	I
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO E CONCEITOS PRELIMINARES	1
1.1 Produção técnico-material-laboral	3
1.1.1 Produto Nacional Líquido-PNL	3
1.1.2 Trabalho anual da sociedade	5
1.2 Produção de mercadorias	9
1.2.1 Valor de troca	9
1.2.2 Valor Adicionado-VA	11
1.3 Produção capitalista de mercadorias	12
1.3.1 Classes socioeconômicas na sociedade capitalista	13
1.3.2 Salários e Valor Excedente	14
1.3.3 Renda Nacional e Renda Excedente ou “renda líquida”	15
1.4 Roteiro básico dos próximos capítulos	16
CAPÍTULO 2	
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL E APROPRIAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL: SMITH, RICARDO, MARX E SRAFFA	19
2.1 Adam Smith	21
2.1.1 Exploração em geral (caracterização preliminar)	22
2.1.2 Exploração capitalista (primeira caracterização preliminar)	23
2.2 David Ricardo	27
2.2.1 TFR-Teorema Fundamental de Ricardo, com base em “valores-trabalho”	30
2.2.2 Modelo mais abstrato de Ricardo	33
2.3 Karl Marx: TFR', variante do TFR	35
2.4 Preços “naturais” relativos e “valores-trabalho”	39
2.5 Crítica das teorias de Ricardo e Marx sobre “valor-trabalho”, salário de subsistência e determinação do grau de exploração capitalista	45
2.6 Piero Sraffa: TFR'', variante do TFR' (?), sem “valores-trabalho” e salário de subsistência	49

2.7 Crítica de insuficiência das formulações resenhadas neste capítulo 54

CAPÍTULO 3

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL 55

3.1 Modo de produção	56
3.2 Modo de produção capitalista	58
3.2.1 Trabalho assalariado ou aluguel de força de trabalho	61
3.2.2 Capital como relação social de produção	63
3.3 Exploração capitalista e exploração em geral	65
3.3.1 Exploração capitalista (segunda caracterização preliminar)	65
3.3.2 Exploração em geral	67

CAPÍTULO 4

CAPITAL, CAPITALISTA E EMPRESA CAPITALISTA 72

4.1 Capital como investimento	72
4.2 O capitalista <i>racional</i>	75
4.3 A empresa capitalista <i>racional</i>	79
4.4 Valor adicionado de empresas e sua distribuição	83
4.4.1 Ilustração empírica para um conjunto de empresas no Brasil, 2016	84

CAPÍTULO 5

ASPECTOS DA PRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA 86

5.1 Aspectos da produção social em geral	87
5.1.1 Sociedade e “trabalho anual da sociedade”	88
5.1.2 Produção de “riqueza nacional”	89
5.1.3 Distribuição do produto social e exploração <i>em geral</i>	93
5.1.4 Formulação de Sraffa (modificada) sobre o “sistema de produção” social	94
5.2 Aspectos da produção de mercadorias	98
5.3 Aspectos da produção capitalista de mercadorias	105

CAPÍTULO 6

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA DA FORÇA SOCIAL DE TRABALHO 111

6.1 Valor Adicionado-VA agregado e Renda Nacional-RN	114
6.2 Apropriação inicial do “trabalho anual da sociedade”, do PNL e do VA agregado	116
6.3 Salários e Valor Excedente	117

6.4	Valor Excedente e exploração	118
6.4.1	Mais-valor do capital investido na produção	118
6.4.2	Rendas da propriedade de outros ativos utilizados pelas empresas	122
6.4.3	Lucros e lucros distribuídos	123
6.4.4	Rendimentos de propriedade e exploração	124
6.4.5	Lucros retidos	126
6.4.6	Resumo da seção 6.4	127
6.5	Capital como mais-valor acumulado e exploração	128

CAPÍTULO 7

GENERALIZAÇÕES E EXTENSÕES

7.1	Produção social em geral	132
7.1.1	Trabalho e força de trabalho	132
7.1.2	Forças de trabalho e trabalhos heterogêneos	133
7.1.3	Produção social com trabalhos heterogêneos	135
7.1.4	Utilização de equipamentos na produção	137
7.1.5	Subsistemas da produção social técnico-material	149
7.1.6	Setor capitalista enquanto subsistema técnico-material	150
7.2	Força de Trabalho assalariada	153
7.3	Exploração capitalista de forças de trabalho heterogêneas	155
7.3.1	Produção sem utilização de equipamentos	155
7.3.2	Utilização de equipamentos que são produzidos presentemente	159
7.3.3	Utilização de equipamentos que não são produzidos presentemente	162
7.4	Setor capitalista como subsistema de relações sociais de produção	169
7.5	Rendimento pessoal “misto” de trabalho e de propriedade	172

CAPÍTULO 8

ILUSTRAÇÃO EMPÍRICA: DESIGUALDADE DE RENDA E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL, 2017

8.1	Setor capitalista como subsistema “fechado”	176
8.1.1	Distribuição do valor adicionado	176
8.1.2	Exploração e grau de exploração	179
8.2	Setor capitalista como subsistema “aberto”	182
8.2.1	Impostos sobre produtos	182
8.2.2	Insumos fornecidos por “autônomos” e entidades estatais	183
8.2.3	Importações de insumos e equipamentos	185
8.2.4	Exportações de produtos	185

8.2.5 Titularidade por estrangeiros de rendas geradas no setor capitalista interno	186
8.3 Extensão do modelo ilustrado empiricamente	187
CAPÍTULO 9	
ESCLARECIMENTOS E COMENTÁRIOS FINAIS	189
9.1 Distribuição do produto social agregado e apropriação do "trabalho anual da sociedade"	189
9.1.1 Teorema Fundamental de Ricardo-TFR revisitado	190
9.1.2 TFR reformulado pelo próprio Ricardo	192
9.2 O "método das proporções" de Ricardo-Sraffa	194
9.3 Parábola do Trigo de Smith-Ricardo	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200